



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Boletim
fevereiro.2006.144
Edição Electrónica

Legalidade e transparência apenas 0,0022% de condenações

A legalidade e a transparência, o seu inteiro cumprimento por parte da Administração Local, em particular, de toda a Administração Pública, em geral, são pilares fundamentais para o correcto desenvolvimento do País, quadro que contará, sempre, com o apoio empenhado dos Municípios e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Nesta conformidade, a ANMP aprova a realização de todas as inspecções e investigações que as diversas entidades, para tanto competentes - de entre as quais a Polícia Judiciária - entendam por bem realizar, sempre em favor da transparência da Administração Pública, sempre em prol dos cidadãos.

Relembrando que os Municípios são já as instituições mais fiscalizadas - pela Inspeção Geral de Finanças, pela Inspeção Geral da Administração do Território, pelo Tribunal de Contas -, importará sublinhar que esta realidade, contudo, não nos tem impedido de, reiteradamente, solicitarmos mais inspecções, desejavelmente uma em cada mandato, por cada Município.

Em conformidade, e sem contarmos com as investigações a cargo da Polícia Judiciária, nos 30 anos de Poder Local Democrático, e na sequência de milhares e milhares de fiscalizações e investigações, apenas se apuraram, até hoje, menos de uma dezena de condenações judiciais. O que permite afirmar, face aos 450 mil autarcas eleitos, naquele período, que a percentagem de condenações é inferior a 0,0022%.

De tal jeito, ao reafirmar o seu apoio a todas as fiscalizações e inspecções à gestão autárquica, a ANMP não pode deixar de frisar, no entanto, a imperiosa necessidade de um discurso público responsável sobre estas matérias, que não crie estigmas e mine a confiança dos cidadãos nos seus representantes.



Legalidade e transparência apenas 0,0022% de condenações

Seca em análise Conselho Directivo em Bragança inicia reuniões descentralizadas

Regime remuneratório e pensões dos titulares de cargos autárquicos

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em risco

Conselho Fiscal aprovou Relatório e Contas de 2005

Plano Sectorial da Rede Natura Preservar...áreas submersas pastoreio...em zonas urbanas

Em cidades ou vilas Projecto "mobilidade sustentável" visa melhorar as deslocações das pessoas

Municípios com Pesca e Portos reelegeram Mesa da Secção

Fundação Portuguesa de Cardiologia vai celebrar Dia Mundial do Coração

Europa em Lisboa Conferência sobre "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio"

Lembrete...

Biblioteca

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)

- (c)ANMP/TI [2005]